

A DINÂMICA DEMOGRÁFICA DE SANTA CATARINA NO PERÍODO PÓS-1991

Carla Craice⁴

Thiago Pezzo⁵

Resumo: O presente artigo tem como objetivo trazer um panorama das principais características demográficas do estado de Santa Catarina e suas seis mesorregiões. Para tal fim, utilizaram-se dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, possibilitando uma perspectiva da dinâmica da população em um período recente. São trazidas informações sobre o crescimento, distribuição da população e sua composição. Assim sendo, este artigo está dividido em três partes, além desta introdução e considerações finais. Para iniciar a discussão, a primeira parte busca identificar de forma breve os fatores sociais e econômicos que contextualizam a atual situação demográfica de Santa Catarina. A segunda parte aponta as mudanças em termos de crescimento e distribuição da população entre as mesorregiões. A terceira e última parte reflete sobre os aspectos da composição populacional, a proporção da população segundo o sexo (razão de sexo) e a estrutura etária, ou seja, os principais elementos que caracterizam a população no Estado de Santa Catarina. Por fim, apresentam-se algumas considerações conclusivas sobre os principais processos demográficos em curso no Estado de Santa Catarina.

Palavras-chave: Santa Catarina; Demografia; Mudanças.

DEMOGRAPHIC DYNAMICS OF SANTA CATARINA STATE FROM 1991 UNTIL TODAY

Abstract: This article aims to bring an overview of the main demographic characteristics of the state of Santa Catarina and its six mesoregions. To this end, we used data from the Demographic Census 1991, 2000 and 2010, providing a perspective of population dynamics in a recent period. They are brought about growth, population distribution and composition. Therefore, this article is divided into three parts, besides this introduction and closing remarks. To start the discussion, the first part seeks to identify briefly the social and economic factors that contextualize the current demographic situation of Santa Catarina. The second part points out the changes in terms of growth and distribution of the population between the mesoregions. The third and final part reflects on aspects of population composition, the proportion of the population by sex (gender ratio) and the age structure, in other words, the main elements that characterize the population in the state of Santa Catarina. Finally, we present some concluding thoughts on the main demographic processes under way in the state of Santa Catarina.

Key-words: Santa Catarina State; Demographics; Changes.

⁴ Doutoranda em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Email: carla.craice@gmail.com

⁵ Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: ttico@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo elabora um panorama sobre as principais características demográficas do estado de Santa Catarina e das seis mesorregiões que o compõe: Oeste Catarinense, Norte Catarinense, Serrana, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul Catarinense. Para tal análise foram utilizados dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 possibilitando uma perspectiva da dinâmica da população em um período recente. Foram consideradas informações sobre o crescimento e distribuição da população, bem como de sua composição.

De um modo geral, as características de determinada população são resultados de processos sociais, econômicos, políticos não só internos à área como também nas relações com outros espaços. Desta maneira, parte das explicações para o comportamento dos componentes da dinâmica demográfica - fecundidade, mortalidade e migração – está nas transformações tanto no âmbito local, regional como nacional. Assim sendo, este artigo está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção busca identificar de forma breve os fatores sociais e econômicos que contextualizam a atual situação demográfica de Santa Catarina. Como ensina Mattei (2011), não há um modelo catarinense de desenvolvimento socioeconômico, pois se trata de compreender as especificidades de Santa Catarina em relação aos padrões brasileiros predominantes, dos quais o estado retira suas marcas mais gerais e essenciais. A segunda seção aponta as mudanças em termos de crescimento e distribuição da população entre as mesorregiões. A terceira e última seção reflete sobre os aspectos da composição populacional, a proporção da população segundo o sexo (razão de sexo) e a estrutura etária, ou seja, os principais elementos que caracterizam a população no estado de Santa Catarina.

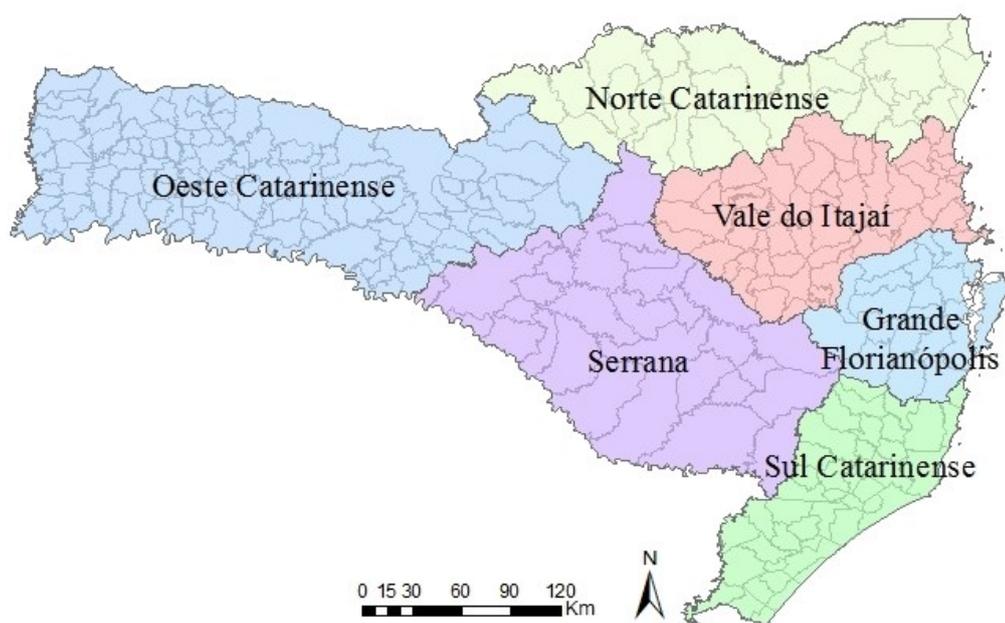
2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE SANTA CATARINA

O estado de Santa Catarina se integra ao capitalismo brasileiro a partir de 1880, articulado com a integração econômica liderada por São Paulo (GOULARTI FILHO, 2002). A periodização do desenvolvimento econômico catarinense se efetua da seguinte forma: o capitalismo mercantil de pequena propriedade entre 1880 a 1945; a diversificação e expansão produtiva entre 1945 a 1962; o fortalecimento do capital industrial e sua integração ao

mercado internacional entre 1962 a 1990; e a reestruturação econômica do período pós-1990(GOULARTI FILHO, 2002).

Territorialmente adota-se a divisão do estado de Santa Catarina pelas seguintes mesorregiões: Oeste Catarinense, região Serrana, Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Vale do Itajaí e Sul Catarinense.

Figura 1 – As Mesorregiões de Santa Catarina em 2010



Fonte: Elaboração dos autores com base nas Malhas Digitais fornecidas pelo IBGE, Censo 2010.

Até o início do século XX o Brasil se caracteriza por “uma forte base agrário-mercantil e com uma fraca base industrial” (GOULARTI FILHO, 2002, p. 985). As políticas nacionais de industrialização tomam forma somente a partir de 1930, e em Santa Catarina somente no pós-Segunda Guerra.

A política imperial de imigração do fim do século XIX, impulsionada pela proibição do tráfico de escravos de 1850, promove a dispersão das populações pelo território catarinense através da aquisição de terras por empresas colonizadoras e imigrantes europeus. O fluxo migratório proveniente da Europa (alemães e italianos, mas também poloneses, árabes, austríacos, espanhóis, eslavos) se estabelece nas mesorregiões Norte, Sul e Vale do Itajaí entre 1875 e 1920. Nestes locais as populações adotam atividades manufatureiras de pequena relevância econômica, porém de caráter diverso e de acumulação lenta (GOULARTI FILHO, 2002).

O Oeste Catarinense ganha destaque econômico somente a partir de 1917 com a chegada dos imigrantes descendentes de italianos e alemães provenientes do Rio Grande do Sul. A ocupação desta região “faz parte do movimento geral da expansão das fronteiras agrícolas no Brasil, no século XX” (GOULARTI FILHO, 2002, p. 983). Nesta região intensifica-se a produção de erva mate e extração de madeira por pequenas propriedades. No Sul prevalece a extração de carvão como atividade econômica principal.

Por conseguinte, entre 1880 e 1945 predominaram as atividades tradicionais com base na pequena propriedade, determinando que a dinâmica econômica de Santa Catarina não se integrasse regionalmente, pois “desenvolveu uma dinâmica de interligação das cidades-polo regionais com os outros estados do país” (MATTEI, 2011, p. 4).

A partir de 1930 se inicia a intensificação dos esforços estatais para a formação da indústria brasileira. A ênfase se deu em São Paulo devido ao capital gerado pela cultura do café. Decorre daí o estabelecimento de novas relações econômicas entre os territórios brasileiros de modo a suportar a mudança no padrão produtivo nacional em favor da indústria.

Em Santa Catarina, o período de 1945 a 1962 se apresenta como uma “fase transitória, em que ainda perduram traços do padrão de crescimento baseado na pequena produção mercantil, e, ao mesmo tempo, começam a surgir elementos de um novo padrão, baseado no médio e no grande capital industrial” (GOULARTI FILHO, 2002, p. 987). Inicialmente o estado atua como fornecedor de carvão, alimentos e vestuário. A partir de 1945, a base produtiva catarinense se ampliou e se diversificou, com o surgimento de cerâmicas no Sul, a indústria de papel e de metal-mecânica no Norte (GOURLARTI FILHO, 2002). O setor madeiro também se intensifica na mesorregião Norte (MATTEI, 2011).

Pouco a pouco o médio e o grande capital conquistam importância sobre o capital mercantil de pequena propriedade. O desenvolvimento produtivo, entretanto, era obstaculizado pela pouca integração econômica, a qual gerava regiões especializadas em setores produtivos em paralelo à falta de infraestrutura e o pouco capital financeiro.

A partir de 1962 o setor industrial nacional liderado por São Paulo recebe maciços investimentos do capital internacional e estatal e, em menor escala, do capital nacional. Em Santa Catarina a proeminência é do investimento local e estatal, atuando principalmente na infraestrutura energética e de transportes. Os setores alimentício, cerâmico, madeireiro, papel e celulose, porcelanas e cristais se expandem. As empresas agrocomerciais perdem lugar para os grandes complexos agroindustriais, em especial os frigoríficos. O setor cerâmico adapta-se rapidamente à concorrência internacional, reestruturando-se com vantagens. O complexo

eletro-metal-mecânico e agroindustrial passa às mãos do capital internacional (GOULARTI FILHO, 2002).

Atualmente, segundo Mattei (2011), a mesorregião de Florianópolis é marcada pela pouca presença de capital industrial. Na região, o setor terciário, em especial o turismo e a educação, move a economia. Também se apresenta a praça financeira estadual e um crescente polo tecnológico. A mesorregião Serrana caracteriza-se pela produção pecuária e agrícola, pela indústria moveleira e de papel e celulose. A concentração comercial se instaura nas maiores cidades, São Joaquim, Lages e Curitiba. Excetuando-se o litoral, a mesorregião Norte tem como suporte econômico principal o setor moveleiro e em menor grau o setor agropecuário. Na faixa litorânea, e em especial Joinville, se destaca um polo industrial diversificado e um setor terciário pujante. Na mesorregião do Vale do Itajaí se encontram atividades industriais (Blumenau e Brusque), atividades agropecuárias (Alto Vale) e atividades portuárias e turísticas (Baixo Vale). A mesorregião Sul catarinense se destaca pelo setor primário (agropecuária) e secundário (cerâmica, metalúrgica, química, plástico e vestuário). Há um forte ramo turístico no litoral e praças comerciais em Criciúma e Tubarão. A mesorregião Oeste é o “principal polo agroindustrial do estado” marcado pelo “sistema de integração dos produtores familiares às agroindústrias” (MATTEI, 2011, p. 10). O setor secundário tem sua força no processamento da soja e na indústria alimentícia, enquanto o setor terciário possui baixo dinamismo em relação ao resto do estado.

Em resumo, as mesorregiões Oeste com seus empreendimentos agroindustriais, e o Norte e Vale do Itajaí com suas empresas industriais, concentram a maior parte dos recursos econômicos do estado de Santa Catarina. Além disso,

“dentro de cada uma dessas mesorregiões o processo produtivo é comandado por um pequeno número de municípios que se transformam em polos de desenvolvimento regional (...) gerando um nível elevado de concentração de recursos em poucas cidades, processo este que conduz a um aumento das disparidades locais” (Mattei, 2011, p. 14).

3. CRESCIMENTO, DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E MOBILIDADE POPULACIONAL

A dinâmica recente de Santa Catarina caracteriza-se por um processo de redistribuição de sua população, com crescimento populacional – sobretudo via saldos migratórios positivos – e concentração de sua população no litoral do território catarinense.

Em um intervalo de vinte anos a população catarinense saltou de 4,5 para mais de 6 milhões (tabela 1) um incremento de cerca de 1,7 milhões de habitantes. O crescimento mais expressivo se deu nas regiões do Vale do Itajaí e da Grande Florianópolis, as quais viram sua população crescer em mais de 45% no período, seguido do Norte Catarinense, com pouco mais de 35%.

A taxa de crescimento⁶ do estado como um todo ficou em patamares próximos ao brasileiro⁷, sendo superior entre 1991 e 2000 (1,85% ao ano) e inferior entre 2000 e 2010 (1,55%), conforme tabela 1. Todas as mesorregiões apresentaram comportamentos similares, com o crescimento maior no primeiro período, exceção apenas do Oeste do estado. Na verdade, as regiões Serrana, juntamente com o Oeste, tiveram os menores crescimentos, sendo que a população da primeira praticamente não sofreu alteração, com incremento de pouco mais de 5.000 pessoas.

Tabela 1 – População e taxa de crescimento anual – 1991, 2000 e 2010

	1991	2000	2010	Taxa de crescimento (a. a.)	
				1991- 2000	2000- 2010
Santa Catarina	4.541.994	5.357.864	6.248.436	1,85	1,55
Oeste Catarinense	1.051.083	1.116.963	1.200.712	0,68	0,73
Norte Catarinense	838.211	1.026.606	1.212.843	2,28	1,68
Serrana	375.121	401.184	406.741	0,75	0,14
Vale do Itajaí	943.620	1.187.184	1.508.980	2,58	2,43
Grande Florianópolis	619.265	803.255	994.095	2,93	2,15
Sul Catarinense	714.694	822.671	925.065	1,58	1,18

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

⁶ A taxa média geométrica de crescimento anual refere-se à média anual obtida para um período de anos compreendido entre dois momentos. A fórmula para o cálculo é $\text{crescimento} = [(P_t/P_i)^{1/t} - 1] * 100$, sendo P_i a população inicial, P_t a população final e t o intervalo de anos do período.

⁷ O Brasil cresceu 1,64% ao ano entre 1991 e 2000 e 1,17% entre 2000 e 2010 (DATASUS) Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/a03uf.htm>.

A taxa de crescimento reflete o comportamento da população em termos do crescimento vegetativo (a fecundidade e a mortalidade) e a migração. Na sequência veremos os dois primeiros pontos no âmbito do estado para em seguida aprofundarmos a questão dos movimentos migratórios.

A Taxa de Fecundidade Total (TFT) do estado teve uma expressiva redução de 2,53 filhos por mulher, em 1991, para 1,61, em 2010. Segundo dados do DATASUS⁸, isso significou uma redução de 36,4% no período. A TFT indica o número médio de filhos por mulher em idade reprodutiva, ou seja, as mulheres deixaram de ter um filho em média por período. O nível de 2010 está abaixo do nível de reposição, que é de 2,1 filhos por mulher. A queda da fecundidade é uma tendência para o país como um todo que se iniciou já na década de 1970 (Berquó, 2001), uma vez que a TFT do Brasil caiu de 5,8 filhos por mulher, em 1970, para 1,82, em 2010⁹.

A Taxa Bruta de Mortalidade, que expressa o número de óbitos por mil habitantes em um determinado local, decresceu de 6,1¹⁰, em 1991, para 5,6, em 2010, uma redução não tão expressiva como a da fecundidade, que foi de 8,2%. Interessante observar que a mesma taxa esteve em 5,3 mil óbitos por mil habitantes nos anos de 2000 até 2006. Ou seja, existiu uma redução do número de óbitos até 2000, mantendo-se estável até 2006 e voltando a aumentar nos últimos anos. Esta é uma tendência do Brasil como um todo, pois as taxas estavam estáveis entre 2000 e 2008 em 6,1 atingindo 6,3 em 2010¹¹.

Como é conhecido, a população de Santa Catarina não se distribui homogeneamente pelo território. Pela Tabela 2 observa-se que há uma concentração maior na região do Vale do Itajaí, que abriga quase um quarto da população catarinense, seguida pelas regiões Norte e Oeste Catarinense com cerca de 20% cada uma. O Oeste Catarinense, apesar de possuir o maior número de municípios, tem passado por um crescimento populacional abaixo da média do estado e, conseqüentemente, diminuiu sua participação populacional nas últimas três décadas. Em contrapartida, a população do Vale do Itajaí desfrutou de um grande incremento, ampliando a participação relativa da sua população no estado como um todo.

⁸ Brasil, Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS, Informações de Saúde, Rede assistencial. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/a05.htm>, acesso em março de 2015.

⁹ Para o aprofundamento sobre os temas da redução da fecundidade e mortalidade existe a bibliografia sobre a teoria da transição demográfica. Recomenda-se a leitura dos trabalhos de Berquó, 2001; Patarra, 1973 e Lesthaeghe, 2010.

¹⁰ Brasil, Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS, Informações de Saúde, Rede assistencial. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/a10.htm>, acesso em março de 2015.

¹¹ Atualmente os especialistas se debruçam na investigação dos óbitos por causas externas, que são as mortes por causas não-naturais ou causas violentas. O trabalho de Aidar (2003) demonstra que os homicídios são mais comuns entre os jovens de sexo masculino. Bertho e Aidar (2014) encontraram relações próximas entre a mortalidade em acidentes de trânsito e os jovens.

Tabela 2 – Distribuição da população de Santa Catarina por mesorregiões – 1991, 2000 e 2010

	1991	2000	2010
Santa Catarina	100%	100%	100%
Oeste Catarinense	23,1%	20,8%	19,2%
Norte Catarinense	18,5%	19,2%	19,4%
Serrana	8,3%	7,5%	6,5%
Vale do Itajaí	20,8%	22,2%	24,1%
Grande Florianópolis	13,6%	15,0%	15,9%
Sul Catarinense	15,7%	15,4%	14,8%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Em todas as mesorregiões há o predomínio de pessoas vivendo no espaço urbano. A Tabela 3 mostra que no ano de 2010 aproximadamente 84% da população catarinense habitava as cidades. Existem diferenciais por mesorregiões. Por exemplo, a Grande Florianópolis se configura como intensamente urbana, com mais de 90% de moradores no urbano. Em seguida estão as regiões do Norte e do Vale do Itajaí com grau de urbanização de cerca de 90%¹².

Por outro lado, chama atenção a diminuição da população nas áreas rurais em algumas áreas. Isso aconteceu de forma mais acentuada nas regiões Sul e Oeste, sendo que para esta última significou uma diminuição de 70.000 pessoas no rural, valor expressivo em uma população de 400.000 em 2000, fato que resultou em uma redução de quase 20% em relação ao momento anterior. Seria necessário verificar o destino desses indivíduos para caracterizar a saída do rural, se caminharam rumo ao campo em outra região ou se encontram nas cidades, porém o censo de 2010 não permite tal detalhamento¹³. Além disso, mostra-se relevante refletir sobre as características e limites do que está sendo considerado como rural, tendo em vista que a distinção entre rural e urbano utilizada pelo censo é determinada pelos próprios municípios.

¹² É importante salientar que a determinação sobre os setores urbanos e rurais é competência do poder público local. Sendo assim é possível encontrar tanto setores distantes do núcleo urbano central com pouca infraestrutura denominado como setor urbano bem como um setor na franja da cidade tido como setor rural. Isso não inviabiliza a análise de grau de urbanização, que levanta muitas questões sobre o êxodo rural ou o crescimento das grandes cidades.

¹³ O Censo de 2010 não possui a pergunta sobre a situação do domicílio no município anterior, se urbano ou rural.

Tabela 3 – Grau de urbanização, população e crescimento rural e urbano – 1991, 2000 e 2010

	Grau de Urbanização		Urbana			Rural		
	2000	2010	2000	2010	2000-2010	2000	2010	2000-2010
Santa Catarina	78,7	84,0	4.217.763	5.247.903	2,46	1.140.100	1.000.533	-1,30
Oeste Catarinense	62,9	71,7	702.849	860.563	2,27	414.114	340.149	-1,95
Norte Catarinense	85,3	87,7	875.481	1.063.909	2,19	151.125	148.934	-0,15
Serrana	77,9	81,7	312.470	332.431	0,69	88.714	74.310	-1,76
Vale do Itajaí Grande	83,7	87,6	993.376	1.322.041	3,23	193.808	186.939	-0,36
Florianópolis	90,3	92,1	725.358	915.804	2,62	77.897	78.291	0,05
Sul Catarinense	73,9	81,4	608.230	753.156	2,40	214.441	171.909	-2,19

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

È importante registrar que o aumento populacional dos municípios não ocorre de forma homogênea. Na realidade, este se dá de forma mais acentuada entre os municípios mais populosos, conforme pode ser observado na tabela 4, comparativamente à média do estado. A soma dos municípios destacados totaliza 2.451.738 pessoas, o que representa 40% da população catarinense. Isso significa que menos de 4% dos municípios (os dez mais volumosos) abrigam 40% da população. Este é um ponto de atenção para a estrutura urbana, pois as cidades maiores têm manifestado uma tendência de concentração nos últimos 30 anos.

Deve-se salientar, ainda, que os municípios catarinenses com maior crescimento populacional estão localizados próximos à capital do estado (Florianópolis), na mesorregião do Vale do Itajaí e nas proximidades de Joinville e seus municípios vizinhos. Em decorrência disso, nota-se uma concentração populacional na faixa litorânea do estado. Esta concentração é impulsionada não apenas pela definição de Santa Catarina, particularmente destas cidades, como polo nacional e regional de atração populacional, como também pela liberação de população nas últimas décadas em outras mesorregiões, especialmente Oeste, Serrana e Sul.

Tabela 4 – População dos dez municípios mais populosos de Santa Catarina em 2010 e sua população – 1991, 2000 e 2010

	1991	2000	2010	Taxa de crescimento (a.a.)	
				1991-2000	2000-2010
Joinville	347.151	429.604	515.288	2,40	1,84
Florianópolis	255.390	342.315	421.240	3,31	2,10
Blumenau	212.025	261.808	309.011	2,37	1,67
São José	139.493	173.559	209.804	2,46	1,91
Criciúma	146.320	170.420	192.308	1,71	1,22
Chapecó	123.050	146.967	183.530	1,99	2,25
Itajaí	119.631	147.494	183.373	2,35	2,20
Lages	151.235	157.682	156.727	0,46	-0,06
Jaraguá do Sul	76.968	108.489	143.123	3,89	2,81
Palhoça	68.430	102.742	137.334	4,62	2,94

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Pela tabela 4 verifica-se que o maior município é Joinville, situado no Norte Catarinense, com pouco mais de 500 mil habitantes. Porém, o município que apresentou a maior taxa de crescimento foi Palhoça, localizado nas proximidades de Florianópolis, o que demonstra a influência da dinâmica da capital no seu entorno e o fortalecimento do processo de metropolização. Além disso, o município de São José, localizado nas proximidades da capital também teve um crescimento acima da média estadual nos dois períodos, reforçando o mesmo processo.

Já Lages apresentou um crescimento menor que a média catarinense, se constituindo como o único município da mesorregião Serrana dentre os 10 maiores em 2010, todavia seguindo a tendência de baixo crescimento da área. Por outro lado, o único município que apresentou um crescimento maior entre 2000 e 2010 que entre 1991 e 2000 foi Chapecó, o maior município da região Oeste. Chama atenção que este município apresenta uma tendência contrária a da região Oeste, uma vez que seu grau de urbanização cresceu de 63% para 72%, conforme tabela 3. Isto nos sugere que o município de Chapecó tem se constituído enquanto um polo de atração populacional regional, isto é, um município que absorve parte da população que emigra de outras cidades da própria mesorregião.

A redistribuição da população no estado e as mudanças em termos de concentração das mesorregiões também podem ser compreendidas por meio dos fluxos migratórios das mesorregiões. Em termos de migração entre-estadual, ou seja, entre as mesorregiões do próprio estado, não houve grande alteração em termos de volume entre os períodos analisados

como se pode observar nas tabelas 5 e 6. Apenas o Vale do Itajaí e a Grande Florianópolis sofreram alterações maiores em termos de saldo, sendo que um volume maior permaneceu no Vale do Itajaí em contraste com o Grande Florianópolis que diminuiu seu saldo, apesar de permanecer positivo. Já o Norte Catarinense passou de um saldo positivo entre 1995 e 2000 para negativo entre 2005-2010, tendo uma emigração maior que imigração no segundo período.

Tabela 5 – Volume de imigrantes e emigrantes intra e interestaduais entre 1995 e 2000

	Intraestaduais (entre mesorregiões)			Interestaduais		
	Imigrantes	Emigrantes	Trocas (I-E)	Imigrantes	Emigrantes	Trocas (I-E)
Santa Catarina	-	-	-	201.117	135.738	65.379
Oeste Catarinense	10.938	32.497	-21.560	35.073	52.656	-17.583
Norte Catarinense	24.302	20.575	3.728	46.551	26.594	19.957
Serrana	10.389	22.597	-12.209	6.183	6.929	-746
Vale do Itajaí	38.765	24.518	14.247	50.541	21.144	29.397
Grande Florianópolis	36.335	18.349	17.986	40.415	14.982	25.433
Sul Catarinense	11.846	14.038	-2.192	22.353	13.433	8.920

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Notas: Utilizou-se a migração data-fixa. Não se considerou os migrantes do exterior.

Sem embargo, é a migração interestadual que se configura como central para a dinâmica demográfica, principalmente entre 2005 e 2010. Enquanto o volume de emigrantes permaneceu próximo nos períodos analisados - cerca de 130 mil - a entrada dos migrantes sofreu um salto, o que explica a triplicação do saldo migratório. Em 2010, todas as mesorregiões, exceto a Serrana, tiveram um saldo migratório positivo. Porém as mesorregiões do Vale do Itajaí e Grande Florianópolis foram as que mais receberam migrantes.

Tabela 6 – Volume de imigrantes e emigrantes intra e interestaduais entre 2005 e 2010

	Intraestaduais (entre mesorregiões)			Interestaduais		
	Imigrantes	Emigrantes	Trocas (I-E)	Imigrantes	Emigrantes	Trocas (I-E)
Santa Catarina	-	-	-	333.898	127.197	206.701
Oeste Catarinense	14.027	30.869	-16.842	49.664	33.388	16.276
Norte Catarinense	20.296	24.043	-3.747	64.439	27.145	37.293
Serrana	10.631	25.039	-14.408	7.092	7.892	-799
Vale do Itajaí	48.391	24.993	23.397	108.970	23.671	85.299
Grande Florianópolis	32.437	20.503	11.934	70.998	22.627	48.371
Sul Catarinense	11.873	12.207	-334	32.736	12.475	20.261

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Notas: Utilizou-se a migração data-fixa. Não se considerou os migrantes do exterior e aqueles sem declaração.

Ademais, a dinâmica migratória de duas mesorregiões merece uma maior discussão. Entre 2005 e 2010, o Norte e Oeste Catarinense tiveram um saldo migratório negativo para dentro do estado, enquanto em termos interestadual estas regiões receberam um número grande de migrantes de outros estados. Caberiam estudos mais específicos nestas áreas sobre as mudanças no setor agroindustrial, se isto não estaria acarretando transformações nas relações sociais de trabalho em relação à população local e de outras regiões do país. Embora não tenha sido possível explorar mais detalhadamente a análise destes dados neste artigo, é importante destacar que estas particularidades exigem uma reflexão mais ampla, não apenas sobre estas regiões, mas também sobre os locais de origem desta imigração.

4. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO

A dinâmica populacional em curso nas mesorregiões catarinenses apresenta diferencial não apenas em termos de ritmo como também de composição sociodemográfica. O conhecimento das particularidades é importante devido às implicações das políticas públicas¹⁴ sobre a educação, saúde, emprego e turismo.

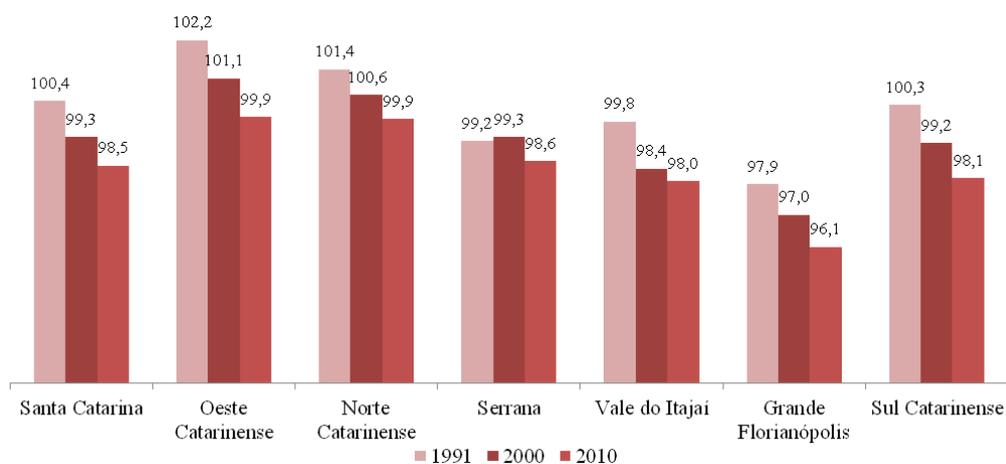
O estado de Santa Catarina como um todo apresenta um equilíbrio entre o número de mulheres e o número de homens. A Razão de Sexo, indicado na figura 1 aponta o predomínio de homens, mulheres ou um equilíbrio entre os sexos variando entre mesorregiões. O valor cem indica o equilíbrio entre os sexos, enquanto o valor acima de cem demonstra o

¹⁴ Sobre envelhecimento populacional e políticas públicas, conferir Wong e Carvalho (2006).

predomínio do sexo masculino e menos que cem indica o contrário, o predomínio de mulheres.

Em nenhuma região há uma diferença discrepante entre o número de homens e mulheres quando se trata da população como um todo. Ao longo do período analisado, a razão de sexo diminuiu em todas as mesorregiões, apresentando um leve predomínio das mulheres sobre os homens.

Figura 1 – Razão de sexo – 1991, 2000 e 2010



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Todavia, quando se diferencia os indivíduos vivendo nas áreas rurais ou urbanas, é possível visualizar uma maior discrepância entre as mesorregiões. De modo geral, há uma concentração de homens nas áreas rurais (tabela 7) especialmente nas regiões Oeste, Serrana e Sul, que passaram pela masculinização das áreas rurais ao longo dos trinta anos analisados.

Tabela 7 – Razão de sexo por população urbana e rural – 1991, 2000 e 2010

	1991		2000		2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Santa Catarina	97,1	108,9	96,9	108,8	96,6	109,0
Oeste Catarinense	96,2	108,9	96,6	109,3	96,1	110,4
Norte Catarinense	99,5	110,0	99,0	110,0	98,5	110,1
Serrana	95,0	110,5	96,1	111,7	95,5	114,1
Vale do Itajaí	97,1	109,0	96,5	108,7	96,8	107,3
Grande Florianópolis	96,0	108,7	95,8	109,5	95,2	106,6
Sul Catarinense	97,3	107,2	97,0	105,7	96,4	106,2

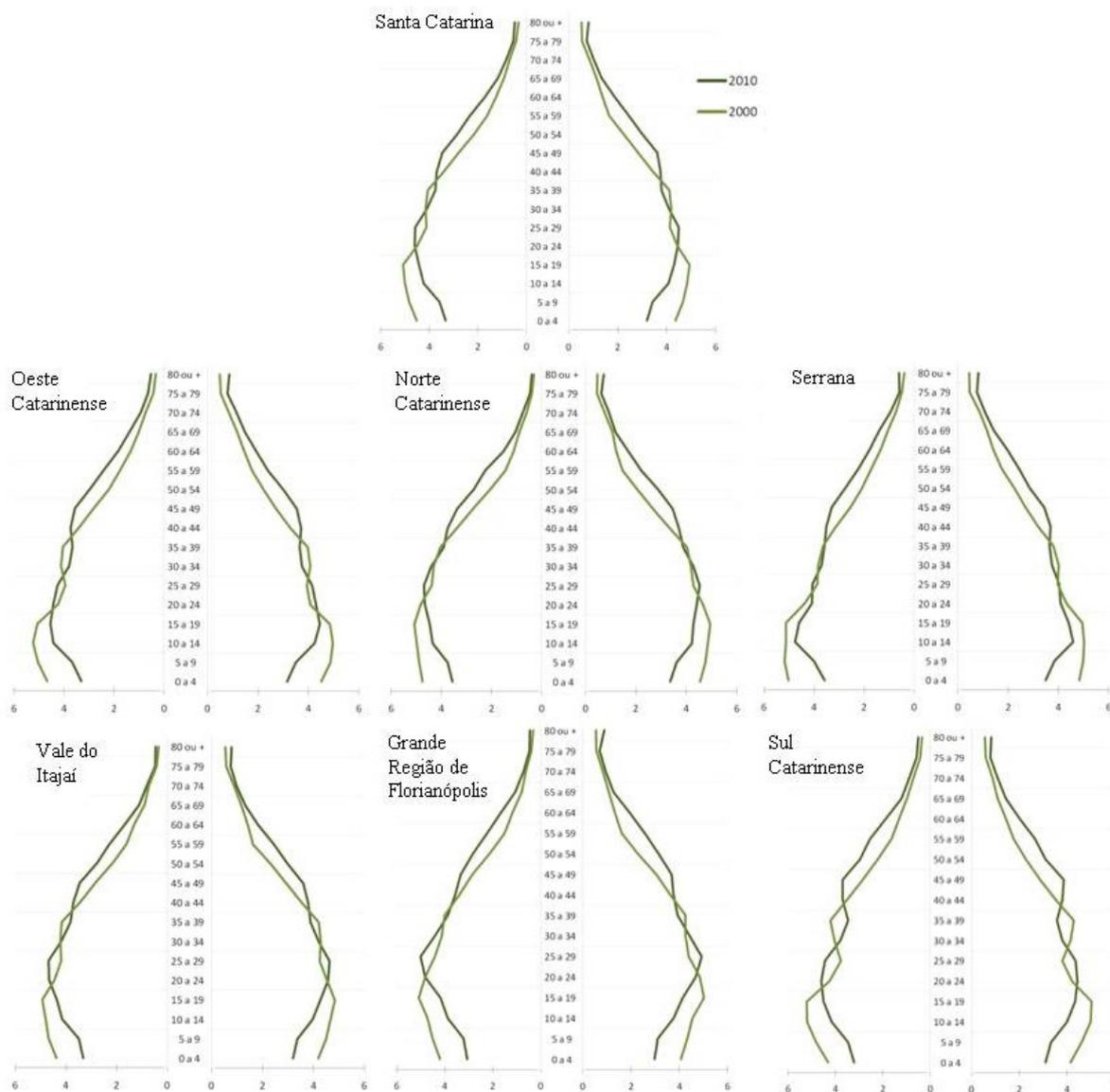
Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Em termos de estrutura etária nota-se uma mudança em relação à população em idade ativa (PIA), ou seja, entre 15 e 64 anos (figura 3). No ano de 2000 a faixa etária entre 10 e 19 anos concentrava maior população, grupo em idade de formação educacional e com menor volume entrando no mercado de trabalho. Já em 2010 a população entre 20 a 29 anos apresentava maior proporção relativa, grupo que se caracteriza como jovens ingressando no mercado de trabalho. Esta configuração etária constitui um enorme potencial para a economia local, pois seria justamente o grupo etário mais apto a trabalhar e consumir. Além disso, é o momento no qual a razão de dependência é menor, ou seja, se encontra uma alta proporção de população em idade ativa e baixa nas idades que requerem maiores cuidados físicos e financeiros, as crianças e idosos.

Segundo Alves (2004), este momento denominado com a menor razão de dependência, se qualifica como janela de oportunidades ou bônus demográfico, por apresentar condições para as melhorias na qualidade de vida e redução da pobreza e desigualdade.

Um segundo ponto importante diz respeito ao envelhecimento populacional. Entre 2000 e 2010 verificou-se o envelhecimento da população de Santa Catarina e de suas mesorregiões. Em 2000 a base piramidal era mais larga, com maior presença da população entre 0 e 14 anos. O estreitamento no período indica a perda do peso deste grupo, sendo um dos principais fatores a queda da fecundidade. Por outro lado, o ganho na expectativa de vida se reflete no aumento do peso da população de 65 anos ou mais. Entretanto, o envelhecimento não se resume apenas ao aumento proporcional da população idosa, mas também da população jovem e adulta.

Figura 2 – Pirâmides etárias - 2000 e 2010



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 2000 e 2010.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados demográficos apresentados, à luz de uma breve revisão da formação econômica, indicam a vigência de processos importantes no estado de Santa Catarina. Registre-se, todavia que estes processos não são apenas demográficos, dado que se relacionam com as estruturas produtivas das mesorregiões e alteram, no tempo e no espaço, as características da população catarinense.

Destaca-se, inicialmente, a redistribuição da população catarinense, que, como vimos, se traduz em uma elevação da concentração populacional nas dez maiores cidades do estado,

que ocupam apenas 3,4% do território, porém detendo 40% da população total. As iniciativas governamentais de desconcentração populacional e econômica parecem não ter surtido os efeitos desejados, indicando os limites da atuação das Secretarias de Desenvolvimento Regionais (SDRs).

Outro processo importante refere-se às trocas migratórias do estado de Santa Catarina com as demais Unidades da Federação. Se no âmbito das mesorregiões catarinense há perdas migratórias entre 2005 e 2010 (Oeste e Serrana) com outros estados, o estado totaliza um ganho de 206.701 pessoas. Em outras palavras, mais pessoas chegaram a Santa Catarina do que saíram. Isto sugere, de um lado, necessidades de explicações mais detalhadas, como entender quais setores e atividades econômicas atraem estes imigrantes, ou então entender se a migração a Santa Catarina tem significado efetivamente uma estratégia de mobilidade social, e, de outro, a adoção de medidas sociais, de acolhimento e de acesso aos direitos fundamentais, visando a integração social destes novos moradores do Estado.

Outro processo importante refere-se ao envelhecimento da população catarinense. Uma população progressivamente mais envelhecida exige do Estado políticas públicas específicas, sobretudo na área da saúde e da previdência. Todas estas transformações da estrutura populacional incidem, portanto, sobre as estruturas políticas e econômicas do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIDAR, T. O impacto das causas violentas no perfil de mortalidade da população residente no Município de Campinas: 1980 a 2000. **Revista Brasileira de Estudos de População**. v. 20, n. 2, 2003.

ALVES, J. E. D. O. **Bônus Demográfico e o crescimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro, Aparte, Inclusão Social em Debate, IE-UFRJ, 2004. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/bonusdemografico.pdf>. Acesso em: 6 abril 2015.

BERQUÓ, E. Demographic evolution of the Brazilian population during the twentieth century. In: HOGAN, D. (Org.). **Population change in Brazil: contemporary perspectives**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001.

BERTHO, A. C. S.; AIDAR, T. **Mobilidade cotidiana e as taxas de vitimização por acidentes de trânsito: o que é possível enxergar através dos dados censitários?**. In: Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, São Pedro, 2014. v. 1.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 221–236, ago. 2006. Acesso em: 4 abril 2015.

GOULARTI FILHO, Alcides. A formação econômica de Santa Catarina. **Ensaio FEE** v. 23, n. 2, p. 977–1007, 2002.

LESTHAEGHE, Ron J. The Unfolding Story of the Second Demographic Transition. **PSC Research Report**, n. 10-696. 2010.

MATTEI, Lauro. Economia catarinense: crescimento com desigualdades regionais. **Anais do V Encontro de Economia Catarinense**. Florianópolis, 2011.

PATARRA, Neide Lopes. Trasiición Demográfica: Resumén Histórico o Teoría de Población?. *Demografia y Economía*, El Colegio Mexico, 1973.

WONG, Laura L. R.; CARVALHO, José A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006.

Artigo recebido em maio de 2015 e aprovado em julho de 2015.